

**ANÍBAL TEIXEIRA**

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), expulsou o deputado Aníbal Teixeira (PTB-MG) do Auditório Petrônio Portela. "É melhor o senhor se retirar. O ambiente aqui não está muito bom para o senhor", afirmou Passarinho, quando Teixeira, cercado por jornalistas, entrava no auditório. "Presidente, quero ficar um pouco. Posso ficar sem a imprensa", pediu o deputado. Mas Passarinho não o atendeu: "Não, o senhor não vai ficar longe da imprensa. O senhor já disse o que quis de mim e está atrapalhando a leitura do relatório. Faça o favor de se retirar e se quiser conversar comigo me procure depois". Em seguida, Teixeira foi conduzido para fora por três seguranças.

O tumulto provocado pela presença de Aníbal Teixeira, ministro do Planejamento no governo Sarney, ocorreu às 17h, quando ele se dirigiu à CPI para protestar contra sua condenação. "Houve despreparo e má-fé. Estou sendo condenado por oito acusações infundadas", afirmou o deputado, mostrando uma pasta com documentos que, segundo assegurou, respondiam ponto por ponto tudo o que havia contra ele.

Teixeira contou que enviou a documentação para a CPI. "Temos que o senador Passarinho, que já me cassou uma vez, conduza esta CPI pelo mesmo caminho da ditadura militar", criticou. "Espero que o Passarinho não faça como na ditadura, quando me cassou sem direito de defesa".

Com a cassação pedida, especialmente em função do relatório da Subcomissão de Patrimônio, Teixeira também atacou o senador José Paulo Bisol (PSB-RS). "Esta peça acusatória é uma leviandade, o Bisol não tem a mínima noção de direito".

**JOÃO ALVES**

Recluso durante todo o dia na companhia apenas dos advogados, o deputado João Alves (sem partido-BA), acusado de liderar o esquema de corrupção no orçamento, disse ao **JORNAL DO BRASIL**, por telefone, que a CPI do Orçamento foi "uma montagem, um palanque eleitoral" do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) e que duvida que "tenham coragem" para cassar seu mandato no plenário.

O deputado assistiu pela TV à sessão de votação do relatório da CPI e disse que achou muita graça nas acusações contra ele. "Ri muito, durante todo o tempo. Estou tranquilo da Silva", disse. "Vou continuar lutando pelo meu mandato", avisou o deputado, que promete mostrar "provas contundentes de inocência" quando puder se defender na Comissão de Constituição e Justiça.

Alves disse que vai dedicar um capítulo do livro que está escrevendo, *O Retrato de uma Época*, a esta sessão da CPI: "Não reconheço as provas produzidas pela comissão". João Alves evitou comentar a promessa que fez, ao depôr na CPI, de "renunciar à própria vida" se fossem provadas as denúncias contra ele. No início da noite, os advogados do deputado divulgaram nota assinada por ele, criticando as conclusões apresentadas no relatório da CPI do Orçamento. O parlamentar se disse "estarrecido" com as provas que a comissão produziu para incriminá-lo. Para João Alves, a CPI seguiu "ao pé da letra, o roteiro para ela preparado por José Carlos Alves dos Santos — um especialista em atirar sobre os outros a responsabilidade dos crimes que praticou". "Tudo está acontecendo como esse cara queria", disse Alves.

**GENEBALDO**

Acompanhado da mulher, Martha, o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) assistiu pela televisão, em sua casa no Lago Norte de Brasília, à leitura do relatório final da CPI do Orçamento, inclusive o momento em que seu nome foi citado entre os parlamentares que devem ser cassados por falta de decoro.

Genebaldo disse estar confiante na defesa que apresentará à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara para escapar da cassação. "O relatório, na parte que me diz respeito, é muito inconsistente", afirmou, sem detalhar as falhas que encontrou nas conclusões do relator Roberto Magalhães.

O ex-líder do PMDB comentou que, por ser este um ano eleitoral, as ações da CPI tiveram uma conotação política, causando desgaste para seu partido. "As principais lideranças do PMDB foram atingidas pela CPI. Isso deixa claro que houve uma politização da CPI", criticou.

Apontado como integrante do núcleo que comandava a Comissão Mista de Orçamento, Genebaldo disse que a CPI foi prejudicada também pela falta de tempo. Segundo o deputado, os que depuseram no primeiro grupo, incluindo ele próprio, passaram por uma investigação mais profunda, enquanto os do segundo grupo "foram investigados superficialmente porque a CPI passou a correr contra o tempo".

Dizendo-se injustiçado, Genebaldo disse que recorrerá à Justiça se o regimento da Câmara for violado no processo que decidirá sua cassação. Quanto ao seu futuro político, disse ter a esperança de que conseguirá cumprir até o fim seu mandato. "Tenho esperança de vencer", enfatizou o deputado.

**RICARDO FIÚZA**

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), sentindo-se injustiçado, perseguido e lesado em seu direito de defesa, deposita as esperanças na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara para evitar sua cassação, proposta no relatório da CPI do Orçamento. "Enganam-se aqueles que pensam que estou abatido. Minha capacidade de resistência é enorme, vou mostrar à sociedade a grande farra armada por meia dúzia de parlamentares", disse o deputado, citando nominalmente os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Paulo Bisol (PSB-RS), os deputados Sérgio Miranda (PC do B-MG), Jandira Feghali (PC do B-RJ), Luiz Salomão (PDT-RJ) e o ex-assessor do Senado José Carlos dos Santos. "Estou confiante na minha absolvição", declarou.

Eximindo os relatores Roberto Magalhães (PFL-PE) e Roberto Rollemburg (PMDB-SP) de qualquer responsabilidade por seu nome estar na lista dos cassáveis, Fiúza classificou o relatório da Subcomissão de Patrimônio, que serviu de subsídio para o relatório final, de mentiroso. "O relatório não tem uma vírgula de verdade", afirma. Segundo o deputado, os relatores não tiveram tempo de examinar os relatórios das subcomissões, entregues na última hora. Suplicy e Bisol receberam as maiores críticas: "energumenos, desonestos. Só se preocupam em perseguir os adversários políticos para garantir votos". "São uns idiotas, uns analfabetos."

Fiúza passa os próximos três dias em Recife, onde vai buscar mais documentos para a sua defesa. Seu apartamento em Brasília está cheio de papéis e mais de 2 mil documentos. "Não vou deixar 24 anos de vida pública serem manchados desse jeito", garante,